

AS MATRIZES HISTORIOGRÁFICAS DO ENSINO DE HISTÓRIA DO CEARÁ COLONIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Almir Leal de Oliveira.

Professor do Departamento de História da UFC.

Foi durante a Primeira República (1889-1930) que o estado do Ceará teve a sua história local particularizada no panorama da chamada Questão Nacional. O Ceará foi colonizado no final do século XVII e início do século XVIII a partir de uma conquista situada historicamente numa conjuntura de guerras internas e externas. O restabelecimento português na zona açucareira do Nordeste do Brasil, notadamente a expulsão dos holandeses de Pernambuco e o efetivo aniquilamento do quilombo de Palmares, a reconquista de Angola, e a chamada Guerra dos Bárbaros, de extermínio dos grupos indígenas resistentes à colonização na costa Leste Oeste do Brasil, formam uma conjuntura de redefinição da colonização, onde o Império Português abandonou suas feitorias na Ásia e objetivou a reestruturação da agricultura comercial no Estado do Brasil.

Foi esta inversão estrutural dos interesses coloniais portugueses que integrou definitivamente o Ceará no circuito das dinâmicas imperiais. A partir da guerra de extermínio aos indígenas e com a distribuição de sesmarias aos colonizadores, o Ceará teve a sua colonização baseada na expansão da pecuária extensiva nos sertões.

A historiografia local tratou o processo de colonização do Ceará com uma determinada frustração no que se refere à origem da conquista e da presença portuguesa no Ceará, remetendo sempre ao conceito de “tardio” para caracterizar e datar a presença dos europeus neste espaço.

São comuns as interpretações que discutem a conquista do Ceará como ocorrida “tardamente” no século XVII. Historiadores locais insistiram em delimitar o processo de ocupação da capitania num determinado recuo temporal, e a questão do povoamento ficou relacionada, nessas interpretações, não a uma conjuntura de expulsão e extermínio indígena, mas às incursões feitoriais do início do século XVII, como momento histórico de origem do Ceará.

As leituras historiográficas que definiram os marcos da origem do Ceará no início do século XVII realizaram, metodologicamente, um esforço de investigação para considerar a presença portuguesa em frágeis feitorias como marco fundador, desconsiderando assim a sangrenta conquista efetivada de forma belicosa e que possibilitou a integração do Ceará aos fluxos do Império Português Atlântico. Observamos que a constituição de um ideal de nacionalidade associado a uma metodologia cientificista formaram uma teoria da colonização que ocultou e desconsiderou a guerra como fator da conquista e selecionou os fatos para representar uma antigüidade do Ceará no início do século XVII através de um mito da origem. Para essa historiografia considerar a “fundação” do Ceará em 1603 significava valorizar um mito de origem que desconsiderou os sangrentos conflitos que deram lugar à colonização no final do século XVII e que se estendeu por mais de duas décadas. Procuramos nessa comunicação acompanhar o percurso dessas interpretações e observar através de dois livros didáticos como a questão da fundação do Ceará foi inculcada no ensino da história local, enaltecendo o mito fundador.

Vejamos em primeiro lugar como era ensinada a história colonial do Brasil e do Ceará no início do século XX. A fonte de pesquisa é um livro de leituras e exercícios didáticos para os alunos do Instituto de Humanidades, colégio de estudos primários e secundários de Fortaleza. *O Anno Escolar*, de 1908, era uma publicação didática que substituiu a *Revista Escolar*, publicada em fascículos.

O Instituto de Humanidades foi fundado em 1892, por Vicente Salazar da Cunha, cônego, professor da Cadeia Pública, e Antônio Augusto de Vasconcelos, sócio fundador do Instituto Histórico do Ceará (1887), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1880. Antônio Augusto de Vasconcelos também havia sido diretor da Biblioteca Pública do Ceará; professor de história e geografia

da Escola Militar e do Liceu do Ceará. Foi um dos colaboradores do jornal católico *A Verdade* no início do período republicano e havia sido companheiro de Salazar da Cunha no Seminário da Prainha, que abandonou para realizar o curso de Direito.

Os diretores do Instituto de Humanidades procuravam seguir na metodologia de ensino os parâmetros do Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, porém, com a nomeação do cônego para a paróquia de Maranguape, o colégio se desarticulou, sendo apenas reaberto em 1904. A idéia de adotar no Instituto de Humanidades os mesmos padrões de ensino do Colégio Nacional visava oferecer garantias de inserção de seus egressos nas principais faculdades e academias de cursos superiores no Brasil. Este foi um dos objetivos do ensino secundário durante toda a segunda metade do século XIX e que mais uma vez era buscado nessa experiência de organização de uma escola particular em Fortaleza, qual seja, oferecer um ensino secundário compatível com os melhores colégios do Rio de Janeiro, possibilitando o ingresso dos rebentos da elite local nos principais cursos superiores do Brasil.

Durante o Império, era o Colégio Pedro II que detinha o direito de emitir os diplomas de Bacharel em Letras, requisito para a entrada nas faculdades e academias. Mesmo com a reforma do ensino secundário realizada pelo poder republicano, permaneceu nas províncias a recorrência ao modelo do ensino adotado por aquele estabelecimento. Tal realidade pode ser observada ainda no século XIX quando da organização do Liceu do Ceará (1845) e do Atheneu Cearense (1868).¹

O Instituto de Humanidades era considerado no início do séc. XX “o melhor e mais procurado educandário de Fortaleza”². Instalou um método de ensino que estimulava os concursos, disputas e jogos entre os alunos, estabelecendo premiações e honrarias aos vitoriosos, que tinham seus retratos estampados na Revista Escolar. Entre os seus professores encontravam-se Antônio Augusto de Vasconcelos e Antônio Teodorico da Costa, ambos também sócios do Instituto Histórico do Ceará.

Os métodos de ensino do Instituto de Humanidades eram inspirados também pelas atividades que eram realizadas no Ginásio Nacional no Rio de Janeiro. O seu programa de ensino incorporou ritos, espetáculos, passeatas e comemorações como atividades pedagógicas que incorporavam a propaganda republicana e os valores patrióticos como elementos centrais de sua realidade escolar.

A história colonial do Brasil e do Ceará lecionada no Instituto de Humanidades reafirmava uma visão do ensino onde os alunos eram levados a associar nomes e datas aos principais fatos históricos nacionais e locais. Uma das metodologias apontadas no *Anno Escolar* era a elaboração de listas contendo nome, datas, lugares e fatos históricos. Uma vez elaboradas as listas o aluno era levado a fazer as associações. Essa coluna do *Anno Escolar* era chamada de Jogos do Espírito: "História. 1-Dar a Lista de personagens citados 2-Idem dos Lugares 3-Idem das datas 4-Idem dos acontecimentos 5-Formar frases onde entrem nomes de personagens, ou de lugares, ou de datas, ou de acontecimentos, anteriormente dados."³

A história do Brasil colonial foi relatada dentro dessa metodologia dos grandes feitos dos grandes homens, procurando articulá-la com a história local. O descobrimento do Brasil teve um capítulo especial, onde são narrados os eventos da descoberta por Pedro Álvares Cabral, como a primeira visão da terra brasílica pela frota cabralina em Porto Seguro, a primeira missa, o batismo das terras descobertas e as narrativas da carta de Pero Vaz de Caminha. Os indígenas foram considerados como tribos selvagens, e o fator econômico da conquista é considerado ao relatar a exploração do pau-brasil.

A partir do capítulo Descobrimento, o *Anno Escolar* descreve a história colonial associando-a com as primeiras expedições de reconhecimento do território, a criação das capitanias hereditárias, a fundação das primeiras vilas e a criação do Governo Geral do Brasil como o fato histórico mais importante. A partir daí o capítulo Brasil Colônia enumera os Governadores Gerais e os seus feitos. Entretanto observam-se, a partir do Governo Geral de Dom Diogo Botelho, as primeiras associações da história do Brasil com a História do Ceará:

"Diogo Botelho, o oitavo governador geral nomeado por Felipe III, foi o sucessor de Francisco de Souza em 1601. Este governador empregou a maior parte do seu tempo na conquista do Ceará, sem contudo ter podido realizá-la. Devemos aqui demorarmos um pouco e descansar do longo e minucioso estudo dos governadores gerais da grande colônia. Procuramos esboçar um feito heróico de muita valia para nós cearenses, feito primeiro do nosso existir, e que, por isso mesmo, a mocidade estudiosa deverá certamente conhecer: - A colonização do Ceará."⁴

A narrativa da colonização do Ceará no *Anno Escolar* privilegia a expedição de Pero Coelho de Souza em 1603 como marco fundacional. Descreve as investidas desse português com detalhamento, principalmente dos locais onde ele teria se refugiado dos ataques indígenas em cabanas (consideradas fortalezas) e o seu dramático retorno ao Rio Grande (do Norte) em 1606, depois de perder filhos e soldados na travessia do Ceará. A narrativa fundacional desconsidera assim o marco da conquista e efetiva colonização da guerra de extermínio aos indígenas no final do século XVII e empresta um tom heróico e dramático para a investida de Pero Coelho de Souza:

“O regresso foi mais penoso que a vinda. Famintos e quase nus, abandonados por Simão Dias e seus soldados, Pero Coelho e sua família e alguns companheiros empreenderam essa jornada de sofrimentos, levando o desengano de uma tentativa que os fez sofrer amarguras indescritíveis. Após longa e penosa travessia, animado pelo amor de sua esposa Dona Tomásia, que se revelou verdadeira heroína, o infeliz capitão-mor, em dias de janeiro de 1606, conseguiu transpor com o resto de sua comitiva o estuário do rio Mossoró, chegando abatido e semimorto no seu destino.”⁵

O mesmo princípio da conquista no início do século XVII é seguido na continuidade dos ensinamentos do *Anno Escolar*. A partir da narrativa sobre Pero Coelho de Souza seguem-se as narrativas sobre as investidas dos padres jesuítas na serra da Ibiapaba, quando são enumerados os fatos da incursão dos missionários Francisco Pinto e Luis Figueira, que, saindo do Recife em janeiro de 1607, na companhia de 40 índios, teriam missionado no Ceará fundando pequenos aldeamentos em Parangaba, Paupina, Caucaia e Ibiapaba, até serem atacados pelos índios. Francisco Pinto foi ferido mortalmente, e Luis Figueira bate em retirada ao Rio Grande (do Norte), lembrando a retirada de Pero Coelho de Souza anos antes.

As duas tentativas fracassadas escolhidas para marcar a origem da colonização do Ceará são consideradas nas páginas do *Anno Escolar* mais pelos feitos heróicos dos seus personagens do que pelo brilho que poderiam emprestar à fundação do território. Entretanto, a fundação de vilas (que só seria efetivadas na segunda metade do século XVIII, mais de 150 anos depois) e fortalezas (nem mesmo paliçadas teriam sido)

aparecem como o elemento fundacional destacado nessa construção dos marcos originais da nação no Ceará. Mas como a origem mitológica não poderia basear-se em dois seguidos fracassos de colonização, porque carente do mito de origem, essa historiografia logo acrescenta a essa seqüência de desastrosas incursões aquela que passou a ser considerada a melhor sucedida das explorações do início do século XVII para eleger o mito fundador do Ceará. Trata-se da escolha de Martim Soares Moreno, fundador do Ceará, que teria dado povoamento regular a essa conquista. Segundo o *Anno Escolar*, o povoamento regular teria ocorrido a partir da presença de Martin Soares Moreno, com o auxílio dos indígenas.

A tendência de considerar a colonização do Ceará como resultado do contato amistoso de um branco português com um indígena foi uma constante no final do século XIX e início do século XX. *Documentos para a Biografia do fundador do Ceará* de Guilherme Studart foi publicado em 1895 e revelava algumas características que estariam presentes em outros trabalhos dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, como a preocupação em reunir documentação sobre os primeiros colonizadores do território cearense, a construção de elementos históricos que organizassem dados relevantes para as biografias dos colonizadores.

Guilherme Studart procurou justificar seu estudo a partir da revelação de novos documentos sobre Martim Soares Moreno, diz ele que, “entre as muitas centenas de documentos originais e cópias que constituem a minha coleção ...”, o que revela o caráter pragmático de Studart ao reunir os documentos da história do Ceará, “... figuram dez inéditos relativos a Martim Soares Moreno. São eles que entrego à publicidade.”⁶ Apenas o fato de possuir originais e inéditos sobre o primeiro colonizador do Ceará já revelava que essa questão do começo histórico da colonização carecia ainda de “elucidações”. Para Studart, Moreno figurava como o maior vulto da história local, e portanto, deveriam ser objeto de minuciosa investigação os fatos ligados a sua presença no Ceará: “Martim Soares Moreno é o vulto culminante da primitiva história do Ceará ; tudo que lhe diz respeito reveste-se de capital interesse, porque mais afortunado que Pero Coelho, e que os missionários Luis Figueira e Francisco Pinto é ele o fundador do Ceará, e por longos anos o nascente estabelecimento prosperou debaixo de sua direção inteligente e vigorosa⁷.”

A revelação de Studart, de que Moreno deveria ser considerado o fundador do Ceará, portanto merecedor de uma história escrita e comprometida com a verdade, demonstrava a necessidade de uma operação historiográfica que fosse capaz de fundamentar os fatos históricos ligados a esse período. Segundo Studart, tratava-se de tarefa das mais difíceis, e para a qual ele procuraria contribuir nesta direção: “Quem retirar das brumas do passado os fatos, que se ligam à sua biografia, terá sem dúvida recomposto o período mais difícil de nossa história por ser o que de nós mais se distancia e por conseguinte aquele que até agora a imaginação se há exercitado em pura perda da realidade.”⁸

Buscando assim uma realidade perdida por falta de testemunhos da época e, portanto, vulnerável a interpretações inverossímeis, Studart, com base na documentação que revelava, iniciou seu estudo histórico elegendo os feitos que dignificariam Martim Soares Moreno como vulto histórico fundador. Um primeiro fato destacado foi a conquista de atributos de bom administrador e conquistador colonial:

“Companheiro dos que ousaram, ávidos de lucros e glórias, de lucro principalmente, penetrar primeiro em nossas terras ainda virgens, Martim Soares deu à arrojada empresa tamanha largueza de vistas, apesar dos poucos anos, tais tenacidade nos sofrimentos e impavidez nos perigos, que moveram em seu favor as recomendações de Diogo de Campos e a proteção de homens como Diogo de Menezes e Gaspar de Souza.”

Studart adjetivou a figura histórica com os atributos do conquistador bem sucedido: ousadia, desbravamento, coragem e boa administração seriam as razões de seu sucesso como conquistador. A figura do herói que desbravava e domava o território inóspito aos outros colonizadores foi assim atribuída a Moreno, que se destacava dos outros como o mais bem sucedido em sua empreitada colonizadora. A figura do colonizador ousado foi assim o primeiro elemento que dignificou o fundador.

Mais adiante Studart complementaria essas características:

“...de outro lado, a ciência da língua dos indígenas, a simpatia que se criou entre esses habitantes das florestas, nomeadamente do principal Jacaúna que o chamava de filho (...) e sua adaptação aos usos e costumes dos silvícolas que

levava-o até pintar-se como eles das tintas do urucum e jenipapo e alimentar-se como eles, tudo empresta a Martim Soares as cores da principal figura entre os nossos colonizadores de primeira leva.”⁹

Colonizador adaptado às exigências da empresa colonial, outro fato que garantia ao herói fundador o seu lugar na história do começo histórico cearense. Studart acrescenta assim a estratégia de conhecimento da terra dominada (língua indígena, alimentação, convívio pacífico...) como outro fator que “empresta cores” ao herói. Sem esses atributos, como visto em outros empreendedores, a empresa colonial não se estabeleceria e nem se poderiam colher os frutos da civilização que com ela chegava ao Ceará. O colonizador astuto foi assim responsável por essa adaptação, o que só dignificava Moreno na visão de Studart.

Outros fatos dignificavam a figura do herói fundador na visão de Studart: “soldado astuto e esforçado, explorador experiente”, Moreno foi também qualificado como navegador intrépido, explorador de terras mais distantes como o Maranhão, onde teria colaborado na expulsão dos franceses em 1614, “soldado resoluto e experimentado, realizou com a espada e preparou com os conselhos muitos feitos de armas que (...) arrancaram Pernambuco e outras capitânias às garras da Holanda depois de uma luta, que é o mais belo trecho que conheço da história brasileira”. Mesmo como prisioneiro dos corsários franceses, Moreno teve as suas qualidades dignificadas. Participando de batalhas, soldado que restaura a colônia para as mãos dos portugueses, hábil soldado, a figura do herói foi assim construída como elemento que empreende, que defende e que bem explora o território. As figurações em torno do fundador dignificavam o personagem dentro dos acontecimentos e iluminava um começo histórico antes preso às “brumas” confusas de um passado imaginado e não comprovado. Encontrar esse lugar luminoso para o fundador foi encontrar uma legitimidade para a origem que brilha, resplandece e orientava a história cearense. E concluiu Studart dizendo que também após a sua presença no Ceará os seus feitos o legitimavam como herói e exemplo de ensinamento do passado: “seus serviços à civilização e ao renome português não se limitaram a ter sido o edificador do presídio do Ceará e seu explorador por longos anos.”¹⁰

Depois de louvar os atributos de herói-mor da história cearense em seus primórdios, Studart passou a discutir com os autores que dele se ocuparam em seus trabalhos. É o início da parte do trabalho de estudo histórico. Studart, após oferecer o resumo dos fatos que explicariam a presença do colonizador original do Ceará, passou a discutir e contestar quais dados poderiam ou não ser tomados como provas da historicidade do herói Martim Soares em terras brasileiras.

Dialogou com Diogo de Campos Moreno em Jornada do Maranhão para mostrar que a guerra teria seduzido Martim Soares ainda criança, quando participou da expedição à serra da Ibiapaba e Maranhão, com seu tio, autor do depoimento, e chefiada por Pero Coelho de Souza, em 1603, ano de incorporação do Ceará aos empreendimentos colonizadores.

Para fazer a mesma comprovação utilizou também o frei Vicente de Salvador e sua História do Brasil (1627). Interessante notar que Studart utilizou dois historiadores que conheceram pessoalmente Martim Soares, sendo o primeiro seu tio, para comprovar suas afirmativas sem deixar dúvidas. Passou então a discutir qual o papel ocupado por Martim Soares Moreno na expedição e procurou corrigir qual o momento exato em que se deu a sua nomeação como capitão-mor do Ceará. Para isso discordou do padre José de Moraes em História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão, mostrando as suas incorreções.

Sobre a nomeação de Martim Soares Moreno, Studart a situou entre 1609 e 1612, uma vez que Robert Southey a colocou em 1610, Varnhagen em 1612 e Cândido Mendes em 1609. O cronista Diogo de Campos afirmava a data de 1611. Studart revela aqui uma característica fundamental para o tipo de crítica histórica que pretendia estabelecer, a saber, a crítica aos outros estudos históricos que trataram da questão. Situar a datação da nomeação de Martim Soares de acordo com algum desses historiadores seria assumir uma vinculação que ele não pretendia. Dessa forma, ele não estabeleceu com precisão a data, mas a situou entre os anos que aqueles mencionaram. Segundo ele, “os historiadores cearenses seguem estes autores: João Brígido foi com Cândido Mendes, Araripe com Southey, Pompeu e Theberge abraçaram a opinião dos velhos (...) eu estou com estes também. Ninguém porém, contesta a nomeação.”¹¹

Depois de resolver as imprecisões sobre a nomeação, Studart passou, ainda com o auxílio desses historiadores, a narrar os feitos de Martim Soares na construção de um fortim e uma ermida na região de Fortaleza, na captura de um navio francês no Mucuripe, na tentativa de estabelecer uma povoação em Camocim etc. Foi assim discutindo com os autores e traçando uma biografia “confiável” dos feitos do herói fundador no Ceará, na qual, mais uma vez em sua crítica, contestou as afirmações do jesuíta José de Moraes e principalmente Melo Moraes e sua Crônica Geral do Brasil. Fechando seu estudo histórico com essa cronologia dos feitos de Martim Soares Moreno, Studart publicou os documentos que comprovariam suas afirmações.

Martim Soares Moreno foi portanto, traçado por Studart dentro de uma visão heróica, quase mítica, e que representou o momento bem sucedido da conquista do Ceará – terra inóspita, que repelia a colonização, nova conquista de um território num processo de colonização já centenário. Studart foi o primeiro a identificá-lo como o colonizador real, que estabeleceu relações de aproximação (na língua, nos trajes, na alimentação...) com a terra nova, com o desconhecido, disfarçando uma colonização que subordinou o indígena e criou o poder colonial.

A mesma tendência de considerar a fusão das raças indígena e portuguesa aparecem no livro didático de 1930 de Cruz Filho. Esse livro didático foi um dos primeiros a ser editado por uma empresa nacional e faz parte de um empreendimento educacional maior que, a partir de São Paulo, investiu na produção de materiais didáticos. A Cia Melhoramentos de São Paulo tinha um projeto editorial de livros de história que incluía livros com a história das civilizações, a história da América, a história geral do Brasil e outros títulos específicos sobre a história do período Imperial. Divulgou na época os historiadores Frei Vicente de Salvador, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Rocha Pombo, Taunay, dentre outros. Assim, compondo um esforço editorial vulgarizador do campo da história e fazendo parte de um projeto moderno de linha editorial o História do Ceará – Resumo Didático é um livro ricamente ilustrado, mais de 170 gravuras e uma dúzia de mapas.

Do ponto de vista dos conteúdos trabalhados Cruz Filho abordou a conquista do Ceará no contexto da colonização da América. O primeiro capítulo tratava do período do descobrimento, ou, como ele chamou, a

época das grandes navegações, em seguida se fala no descobrimento do Brasil, nas capitânicas hereditárias, para, assim falar das tribos selvagens do Ceará, da etnografia indígena e só assim chegar aos fatos ligados à conquista e colonização. Cruz Filho dedicou dois capítulos para as incursões do início do século XVII (Pero Coelho de Souza e os padres jesuítas) para enfim chegar ao capítulo dedicado a Martim Soares Moreno.

A abordagem de Cruz Filho da história do Ceará colonial é muito mais aprofundada em fontes históricas e historiográficas que a cronologia e as narrativas de 1908 no Anno Escolar. Contava, entretanto, o autor, com uma seqüência de publicações que em 1908 eram muito mais limitadas. Ainda devemos considerar que, se o campo da disciplina história em 1908 mostrava sinais de consolidação junto aos intelectuais nacionais, em 1930, o grupo associado ao Instituto Histórico e Geográfico do Ceará já havia publicado mais de 40 tomos de sua revista e os membros do Instituto ocupavam, nesse momento, uma situação de plena consolidação dos temas históricos junto à sociedade cearense. Além disso, a vulgarização das fontes primárias documentais promovida pelo Instituto e a transformação dos temas da história colonial em ações de construção da memória oficial já evidenciavam uma cultura histórica bastante diferenciada daquela do início do século.

As narrativas de Cruz Filho sobre o Ceará colonial situam-se no panorama historiográfico do final da década de 1920 no Ceará, onde observamos uma maior preocupação com a articulação da história local com a história nacional, um nascente interesse pela antropologia e etnografia indígena, com a citação de fontes de pesquisa e autores, mas, sobretudo, com o objetivo de fazer um resumo definitivo dos fatos históricos do período colonial de acordo com as discussões historiográficas. Segundo ele, o Ceará tinha uma história ainda baseada em noções pouco amparadas pelos estudos criteriosos do ponto de vista da análise documental, que muitas vezes a imprecisão de fatos e datas alimentavam versões pouco amparadas nas fontes documentais: "Posto que seja esse estado um dos primeiros entre aqueles que se tenham feito investigações e estudos sobre a sua história, devemos confessar que o extraordinário acervo de documentos e escritos existentes permanece em estado caótico, em que abundam as falsidades e contradições."¹²

E mais, Cruz Filho, dentro da moderna concepção da disciplina, de que a história é a escrita do historiador, afirma, mesmo reconhecendo as inúmeras obras publicadas pelos historiadores locais: “Ocorre, porém, que a maioria desses livros, redigidos ao tempo em que as investigações sobre a história cearense eram muito pouco desenvolvidas, firma-se em tradições, muitas vezes lendárias, transmitidas pelos nossos maiores, as quais deram margem a inverosimilhanças e erros que não podem passar em julgado.”¹³

Preocupado com uma narrativa atraente para os alunos de história, Cruz Filho objetivava um livro moderno, seja pelo aspecto da apresentação visual com o uso das gravuras, seja pelo aspecto da atualização dos fatos baseando-se nas pesquisas mais recentes, e na pretensão de escrever uma história verdadeira que correspondesse a “mais verídica e metódica concatenação dos fatos históricos do Ceará.”¹⁴ Do ponto de vista dos conteúdos tratados sobre o período colonial, ele deixa a entender que, se as iniciativas de conquistas do início do século XVII deveriam ser consideradas dentro do seu aspecto fundacional, o que significa dizer que Pero Coelho de Souza e os jesuítas legitimariam a data fundacional de 1603, mas que, pelas qualidades de herói de Martim Soares Moreno ele já estava “esculpido no frontispício da nossa história colonial e enaltecido por inúmeros feitos heróicos, que acompanharam sua gloriosa carreira de conquistador de terras e homens.”¹⁵

Cabe ressaltar que Cruz Filho considerou o povoamento e colonização do Ceará apenas a partir do final do século XVII e início do século XVIII com a distribuição de sesmarias aos conquistadores e que até a conjuntura da guerra de extermínio dos indígenas o povoamento era limitadíssimo e que o Ceará ainda não havia se integrado a exploração colonial. Mesmo não insistindo no aspecto bélico do empreendimento da colonização ele admitiu a resistência indígena como um dos fatores que dificultava o avanço do povoamento, projeto dos invasores. Esta resistência, segundo ele, se dava principalmente pela resistência a escravidão e do extermínio. Concordava ainda Cruz Filho com a idéia de que foi a pecuária o maior objetivo da ocupação das terras dos indígenas e que: “escravizados pelos exploradores, sujeitos por eles a trabalhos penosos, submetidos a vida sedentária, tão contrária a sua natureza de povos nômades, foram os selvagens rareando no interior e cruzando-se

com os colonizadores; da fusão resultou a atual população mestiça do Ceará.”¹⁶

Considerada como sub-raça, o mestiço seria, para ele e o conjunto de historiadores locais, o principal obstáculo do desenvolvimento da civilização no Ceará.

Podemos assim tecer algumas considerações finas sobre como se definiram as diretrizes da vulgarização da história colonial do Ceará na Primeira República. Em primeiro lugar, observamos que se tratava de uma história em construção, e que o desenvolvimento do campo historiográfico no Ceará foi acompanhado de produções didáticas que objetivavam dar visibilidade às produções historiográficas dos historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico local, atualizando as cronologias e fatos de acordo com essa produção, que, estrategicamente era reproduzida em compêndios didáticos. Mobilizados em sua empresa historiográfica, os membros do Instituto também agiram no sentido educacional da juventude no sentido de reprodução de suas teses sobre o período colonial, sobretudo valorizando um mito fundador e atribuindo a ele, Martim Soares Moreno, o lugar de vulto histórico maior da história heróica da empresa colonizadora.

Podemos também observar que essa produção tinha preocupações didáticas, seja na indicação de datas e fatos a serem relacionados e inculcados na memória dos estudantes, seja na introdução de recursos como gravuras e mapas que ajudassem a inculcar os episódios da história local.

Se num primeiro momento as conclusões sobre a colonização se limitavam ao período início do século XVII com as explorações de colonizadores e missionários, ignorando o aspecto belicoso da conquista, no final da década de 1920 os indígenas adquirem lugar nessa narrativa como personagens históricos que resistiram à conquista e que, uma vez vencidos pela ação conquistadora, integraram-se socialmente na formação de uma sub-raça. De qualquer modo, seja na definição do mito fundador, seja na consideração das motivações econômicas da conquista, o elemento racial predominou nessa literatura: os parâmetros positivos ou negativos da história do Ceará colonial estiveram ligados ao lugar que o indígena ocupou no processo histórico, seja cedendo aos desejos do conquistador, seja resistindo a esta ação. A formulação de uma história

metódica, justificada pela pesquisa documental, não abriu mão de um mito fundador que conviveu pacificamente com o indígena, Martim Soares Moreno, e não deixou de lado a explicação racialista da história, uma vez que considerava a mestiçagem um obstáculo para o pleno desenvolvimento dos parâmetros civilizatórios da sociedade cearense. Daí a presença indígena, embora vencida pelo projeto do colonizador, significar os motivos do atraso e da ignorância da população em geral, herança colonial com a qual os intelectuais cearenses ora ocultaram em suas produções, ora admitiam a necessidade de superação. O discurso historiográfico produzido pelo Instituto Histórico do Ceará recriou a relação presente/passado oferecendo à sociedade cearense uma fascinante proximidade. Sua autoridade em “falar” de um passado (escrita da história) substituiu um vazio fantasmagórico e sepulcral por uma intimidade que, através de seus rituais, cumpriu um preenchimento de sentido sobre o passado tornando conhecido e codificado o vazio da origem.

Os “gestos” de uma narrativa se converteram em “atos” de construção de uma memória histórica fundacional, que foram visualizados através de manuais didáticos. Enquanto “ritos”, denunciaram o corpo de uma narrativa que decodificava o passado e confirmava relações sociais praticantes de uma reprodução/vulgarização simbólica. O lugar social dessas ações de memória suportou uma relação de identidade construída que defendia uma ordem e apregoava uma homogeneidade moralizante para as camadas populares.

Ao serem evocados nas ações de memória, os mitos fundadores foram exercitados em cultos numa estranha pedagogia: o passado obscuro visitava o presente, ganhava sentido através dos discursos, eram honrados nos rituais de memória e retornavam ao passado não mais como fantasmas, mas como exemplos de heroísmo e patriotismo que não mais assombavam a nação cearense, prenhe de conhecimento sobre o passado e ordenação do presente.

¹ Maiores detalhes sobre o ensino secundário em Fortaleza na segunda metade do século XIX podem ser encontrados em: OLIVEIRA, Almir Leal de (2002) – Universo Letrado em Fortaleza na década de 1870 IN: SOUZA, Simone de (Org.) – Intelectuais, Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha.

² GIRAO, Raimundo (1956) – Educandários de Fortaleza, Fortaleza, Editora do Instituto do Ceará, p. 27.

³ ANNO ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES PARA 1908 (1908), Fortaleza, Cruzeiro do Norte, p. 308 e 309.

⁴ Idem, p. 152.

⁵ Idem, p. 154.

⁶ STUDART, Guilherme (1895) – Documentos para a biografia do fundador do Ceará, Fortaleza, Tipografia Studart, III.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem, página IV.

¹¹ Idem, página VIII.

¹² Cruz Filho (1931) – História do Ceará Resumo Didático, São Paulo, Cia. Melhoramentos de São Paulo, p. 4.

¹³ Idem, p. 3.

¹⁴ Idem, p. 4.

¹⁵ Idem, p.66.

¹⁶ Idem, p. 80.